



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA - ADMINISTRATIVA - ANALISTA ADMINISTRATIVO

Tipo 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Básicos

Texto 1 – Coordenação entre órgãos gestores

Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade.

O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos que muitas vezes impedem que os procedimentos planejados de emergência sejam adotados.

Nesses casos, passam a exigir ações mais criativas e diferenciadas, devendo ser planejadas por equipes de técnicos especializados, com a parceria das universidades.

O gerenciamento de acidentes de trânsito, como a velocidade que se desfaz o local de uma batida numa via estrutural, envolve o uso de equipamentos especiais, como helicópteros, e de pessoal devidamente treinado para isso. É crucial haver integração e coordenação entre os órgãos gestores da mobilidade urbana, para solucionar rapidamente as demandas dessa natureza.

Situações como obras, fechamento de ruas e de faixas de tráfego, enchentes, alagamentos das vias e quedas de encostas e árvores, que impedem a circulação normal de veículos, necessitam de sinalização adequada, de informação relevante e bem veiculada em várias mídias, de agentes de trânsito devidamente preparados, de cavaletes e indicação dos desvios possíveis, para diminuir os impactos negativos.

Podemos fazer analogia com um infarto e um AVC, que impedem o fluxo de sangue e exigem providências urgentes para que a pessoa não morra. O mesmo fenômeno ocorre com o trânsito, para que o fluxo seja restabelecido o mais rápido possível. (Eva Vider, *O Globo*, 9/10/2015 - adaptado)

1

O primeiro parágrafo do texto 1 fala de um Plano de Contingência para o Trânsito; o termo “contingência” tem como melhor definição para o contexto:

- (A) incerteza sobre se uma coisa acontecerá ou não;
- (B) política econômica fundada no princípio da compensação;
- (C) imposição de limite ou quota para a importação de determinada mercadoria;
- (D) controle e fiscalização legal de problemas;
- (E) impedimento de ações irregulares e perturbadoras da ordem pública.

2

Entre os segmentos do texto 1 abaixo, aquele que se refere a uma ação potencial, e não real, é:

- (A) “Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio...”.
- (B) “que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.
- (C) “O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos...”.
- (D) “Nesses casos, passam a exigir ações mais criativas e diferenciadas, ...”.
- (E) “...devendo ser planejadas por equipes de técnicos especializados, com a parceria das universidades”.

3

“Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais”.

Nesse segmento do texto 1 há um problema de escritura; o problema está devidamente apontado em:

- (A) “Plano de Contingência” deve ser substituído por “Plano contingente”;
- (B) o termo “trânsito” deve ser substituído por “tráfego”, pois este último se refere à movimentação de veículos e pessoas;
- (C) o termo “situações emergenciais” pode ser reduzido ao termo “situações”, já que todas as situações referidas são emergenciais;
- (D) o verbo “lidar” deve ser substituído por “combater”, já que há um movimento de oposição;
- (E) “planejamento prévio” é redundante e o termo “prévio” poderia ser retirado.

4

Quando o autor de um texto emprega um substantivo coletivo que não é específico, necessita especificá-lo, que é o que ocorre em “frota de veículos”; o mesmo ocorre no seguinte caso:

- (A) uso de equipamentos;
- (B) equipes de técnicos;
- (C) parceria das universidades;
- (D) procedimentos de emergência;
- (E) circulação de veículos,

5

“Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos”.

Respeitando-se o paralelismo, as formas que podem substituir adequadamente as formas nominais sublinhadas são:

- (A) que lide / que atue;
- (B) que lide / que atuem;
- (C) que lidasse / que atuasse;
- (D) a liderança / a atuação;
- (E) a lide / atuante.

6

O título dado ao texto 1 – Coordenação entre órgãos gestores – funciona como:

- (A) constatação de uma realidade;
- (B) crítica de uma deficiência;
- (C) ideal a ser atingido;
- (D) ironia diante de fatos repetidos;
- (E) alerta para perigos iminentes.

7

A oração adjetiva abaixo sublinhada que deveria vir introduzida com um pronome relativo precedido de preposição é:

- (A) “lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.
- (B) “O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos que muitas vezes impedem que os procedimentos planejados de emergência sejam adotados”.
- (C) “O gerenciamento de acidentes de trânsito, como a velocidade que se desfaz o local de uma batida numa via estrutural”.
- (D) “Situações como obras, fechamento de ruas e de faixas de tráfego, enchentes, alagamentos das vias e quedas de encostas e árvores, que impedem a circulação normal de veículos”.
- (E) “Podemos fazer analogia com um infarto e um AVC, que impedem o fluxo de sangue...”.

8

No texto 1 aparecem elementos que se relacionam, respectivamente, como causa e consequência; os termos em que essa relação lógica mostra troca de posição é:

- (A) aumento da frota de veículos / congestionamentos;
- (B) intensos congestionamentos / ações criativas e diferenciadas;
- (C) integração de órgãos gestores / solução de demandas;
- (D) gerenciamento de acidentes / uso de equipamentos especiais;
- (E) diminuição de impactos / uso de cavaletes e indicação de desvios.

9

Abaixo estão vários pares formados por um substantivo seguido de um adjetivo; o par em que o significado do adjetivo mostra-se inadequado é:

- (A) situações emergenciais / referente a um acontecimento perigoso ou fortuito;
- (B) corredores viários / referente ao conjunto de estradas ou caminhos;
- (C) ações diferenciadas / referente a alguma coisa que diverge de outra;
- (D) via estrutural / referente a algo fundamental num conjunto;
- (E) órgãos gestores / referente a algo que gerencia ou administra.

10

“...planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.

Entre os itens abaixo, aquele que deve ser considerado como causa de transtornos e não como situação emergencial é:

- (A) aumento progressivo do número de veículos;
- (B) enchentes e alagamento das vias;
- (C) deslizamento de encostas;
- (D) obras e fechamentos de ruas;
- (E) quedas de árvores.

11

A analogia final do texto 1 – trânsito e AVC – tem a seguinte finalidade textual:

- (A) criticar indiretamente o sistema brasileiro de saúde;
- (B) intensificar as consequências dos problemas de trânsito;
- (C) criar relações afetivas mais intensas com os leitores;
- (D) possibilitar melhor entendimento dos problemas citados;
- (E) dar vida a acontecimentos vistos como frios e indiferentes.

Texto 2 – Semana Nacional do Trânsito

Estamos no último dia da Semana Nacional do Trânsito e vamos encerrar falando sobre o tema que foi bem escolhido pelo Denatran: Seja Você a Mudança no Trânsito.

Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós.

Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres, passageiros, motoristas, motociclistas, ciclistas, pais, enfim, como cidadãos cujas ações tem reflexo na nossa segurança, assim como dos demais. O pedestre que não respeita a faixa coloca em risco sua vida e também a do motorista e de terceiros. Muitas vezes para desviar de um pedestre e evitar seu atropelamento, um motorista perde o controle do veículo e provoca um acidente grave com outras pessoas que nada têm a ver com o comportamento do pedestre. Não precisamos nem aprofundar as consequências dos motoristas que andam em excesso de velocidade, sob efeito de álcool, ou que dirigem uma carreta cansados. São todos fatores humanos que contribuem para o que chamamos de acidente.

(...) Nesta semana nacional do trânsito pelo menos mil pessoas vão ter morrido nas ruas e nas estradas. Não podemos mais tolerar esses números e, para que isso mude realmente, é preciso que você e cada um de nós sejamos de fato os agentes da mudança na direção de um trânsito mais seguro. Com certeza você pode contribuir para isso, aproveite esta semana para refletir e conversar sobre o tema com seus entes queridos e amigos, afinal, quem morre no trânsito é amigo ou parente de alguém. Ninguém está livre disso.

Rodolfo Alberto Rizzotto (adaptado)

12

A partir da leitura do primeiro parágrafo do texto 2, descobrimos que:

- (A) a Semana Nacional do Trânsito foi comemorada com a realização de palestras e outras atividades;
- (B) os temas das palestras dadas na Semana Nacional do Trânsito diziam respeito à segurança dos passageiros;
- (C) os temas das palestras foram escolhidos por órgãos superiores da administração do trânsito;
- (D) o palestrante do último dia da Semana Nacional do Trânsito foi o responsável pelas palestras anteriores;
- (E) a Semana Nacional do Trânsito foi celebrada com atividades que se relacionavam tematicamente ao trânsito.

13

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país”.

O comentário abaixo, atribuído a um leitor de um jornal paulista, que comprova a afirmativa acima é:

- (A) “o motorista, após o acidente, saltou do carro nitidamente embriagado”;
- (B) “os automóveis que se encontravam no engarrafamento tentavam escapar pelo acostamento”;
- (C) “a alta velocidade é a maior responsável pela gravidade dos acidentes observados”;
- (D) “a sinalização, escondida atrás das árvores, não é seguida pelos motoristas porque não é vista”;
- (E) “apesar das placas, o número de multados é cada vez maior”.

14

“Seja você a mudança no trânsito”; a forma de reescrever-se essa mesma frase que mostra uma incorreção da forma verbal no imperativo é:

- (A) sê tu a mudança no trânsito;
- (B) sejam nós a mudança no trânsito;
- (C) sejam vocês a mudança no trânsito;
- (D) seja ele a mudança no trânsito;
- (E) sejai vós a mudança no trânsito.

15

No texto 2, o autor emprega a primeira pessoa do plural em muitos segmentos. O segmento do texto abaixo que mostra um valor desse emprego diferente dos demais é:

- (A) “Estamos no último dia da Semana Nacional do Trânsito”;
- (B) “... vamos encerrar falando sobre o tema que foi bem escolhido pelo Denatran: Seja Você a Mudança no Trânsito”;
- (C) “Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país”;
- (D) “não podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”;
- (E) “Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres”.

16

“Nesta semana nacional do trânsito pelo menos mil pessoas vão ter morrido nas ruas e nas estradas. Não podemos mais tolerar esses números e, para que isso mude realmente, é preciso que você e cada um de nós sejamos de fato os agentes da mudança na direção de um trânsito mais seguro. Com certeza você pode contribuir para isso, aproveite esta semana para refletir e conversar sobre o tema com seus entes queridos e amigos, afinal, quem morre no trânsito é amigo ou parente de alguém. Ninguém está livre disso”.

Nesse parágrafo do texto 2, há um conjunto de demonstrativos empregados de forma correta. O comentário inadequado sobre seu emprego é:

- (A) “nesta semana” / a forma “esta” se refere ao momento presente da enunciação;
- (B) “tolerar esses números” / a forma “esses” se refere ao número de mortos citado anteriormente;
- (C) “para que isso mude” / a forma “isso” se refere ao alto número de acidentes fatais;
- (D) “você pode contribuir para isso” / a forma “isso” se refere à mudança do número de mortos;
- (E) “ninguém está livre disso” / a forma “disso” se refere à possibilidade de ter um amigo ou parente morto no trânsito.

17

“Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres, passageiros, motoristas, motociclistas, ciclistas, pais, enfim, como cidadãos cujas ações tem reflexo na nossa segurança, assim como dos demais”.

O comentário correto sobre os componentes desse segmento do texto 2 é:

- (A) a forma verbal “deveríamos” tem como sujeito todos os motoristas;
- (B) a forma verbal “tem” deveria ter acento circunflexo pois seu sujeito está no plural;
- (C) a forma “sobre” deveria ser substituída pela forma “sob”;
- (D) a forma “enfim” deveria ser grafada em duas palavras “em fim”;
- (E) a forma “dos demais” deveria ser substituída por “das demais”, por referir-se ao feminino “ações”.

18

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”.

O desvio de norma culta presente nesse segmento do texto 2 é:

- (A) “Vivemos numa sociedade que tem o hábito”: deveria inserir a preposição “em” antes do “que”;
- (B) “críticas absolutamente procedentes”: o adjetivo “procedentes” deveria ser substituído por “precedentes”;
- (C) “Vivemos numa sociedade”: a forma verbal “Vivemos” deveria ser substituída por “vive-se”;
- (D) “não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito”: deveria inserir-se a preposição “de” antes do “que”;
- (E) “quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”: a forma verbal correta seria “fazemos” e não “faz”.

19

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”.

Em termos argumentativos, o autor do texto 2:

- (A) divide a responsabilidade da segurança no trânsito entre as autoridades e a legislação;
- (B) atribui às autoridades uma maior responsabilidade por um trânsito seguro;
- (C) retira das autoridades qualquer responsabilidade sobre a segurança no trânsito;
- (D) isenta parcialmente as autoridades sobre as responsabilidades em relação à segurança no trânsito;
- (E) indica a população como única responsável pela segurança no trânsito.

20



Deduz-se da leitura que:

- (A) os ciclistas e os motoristas são os mais injustiçados no trânsito;
- (B) todas as falas são atribuídas ao ciclista;
- (C) os pedestres estão sempre em situação perigosa;
- (D) os veículos motorizados são os que mais respeitam as regras de trânsito;
- (E) o menino da tira demonstra a mesma atitude diante de motoristas e ciclistas.

O Colégio Bom Conselho, em Porto Alegre, promoveu um concurso de charges sobre o trânsito e o primeiro lugar foi dado à charge abaixo:



21

Sobre a charge, é correto afirmar que seu tema central é:

- (A) a solidariedade no trânsito;
- (B) as dificuldades de locomoção;
- (C) a violência no trânsito;
- (D) a ausência de autoridade;
- (E) a falta de fiscalização adequada.

22

A charge anterior apoia-se na estrutura de uma figura de linguagem, que é:

- (A) a hipérbole;
- (B) o eufemismo;
- (C) a catacrese;
- (D) o pleonismo;
- (E) a metáfora.

23



A charge mostra uma característica das mudanças no trânsito, que é:

- (A) a dificuldade de locomoção;
- (B) a falta de estacionamentos;
- (C) a ausência de fiscais;
- (D) a presença de criatividade;
- (E) a solidariedade dos motoristas.

Texto 3 – TRÂNSITO: SOLUÇÕES

Em 1997 foram criados os rodízios para diminuir a circulação de veículos em determinados horários na capital paulista. Também foram feitas ciclovias (17,5 km) e campanhas de conscientização. Mas nada disso resolveu o caos no trânsito.

Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego. Porém, elas poluem mais do que veículos novos e são as principais causadoras de mortes no trânsito. Segundo o “Mapa da Violência 2011”, do Instituto Sangari, o número de vítimas fatais no trânsito brasileiro subiu 23,9%, de 1998 a 2008; entre os motociclistas, o aumento foi de 753,8%.

Por isso, cada vez mais especialistas defendem a mobilidade urbana sustentável. Uma das principais mudanças seria o investimento em transporte coletivo e o desestímulo ao individual.

Entre as medidas sugeridas – e uma das mais polêmicas – está a cobrança de pedágio urbano. Ele consiste em cobrar uma tarifa dos motoristas que circulem em determinadas áreas da cidade. O modelo foi implantado pela primeira vez em 1975, em Cingapura, e se espalhou por países europeus.

Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central. As tarifas variam de R\$ 1 a R\$ 4, valor que especialistas acham pouco para que a medida dê resultado.

Há ainda propostas de aumento da malha ferroviária – atualmente, 60% do transporte brasileiro é feito em rodovias. São Paulo, por exemplo, possui apenas 65,3 km de linhas de metrô, enquanto Santiago do Chile (com metade da população paulista) possui 83,2 km e Nova York, 479 km.

Todos esses pontos são avaliados como soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes.

24

No primeiro parágrafo do texto 3 há duas formas verbais na voz passiva: “foram criadas” e “foram feitas”. A opção pela voz passiva faz com que as ações realizadas:

- (A) não mostrem seus agentes;
- (B) se localizem em passado distante;
- (C) se processem simultaneamente;
- (D) sejam atribuídas a agentes diferentes;
- (E) indiquem ações potenciais e não reais.

25

“Todos esses pontos são avaliados como soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes”.

A frase abaixo em que o vocábulo “mesmo” aparece com sentido idêntico ao que possui no trecho acima é:

- (A) mesmo com trânsito caótico, muitos saem de carro;
- (B) dizem que o trânsito está engarrafado mesmo!;
- (C) os turistas chegaram no mesmo dia;
- (D) as multas são iguais, mesmo para carros menores;
- (E) andava devagar, mesmo com carro potente.

26

Entre as frases abaixo, aquela que está empregada em sentido figurado é:

- (A) “Em 1997 foram criados os rodízios para diminuir a circulação de veículos em determinados horários na capital paulista”;
 (B) “Também foram feitas ciclovias (17,5 km) e campanhas de conscientização”;
 (C) “Mas nada disso resolveu o caos no trânsito”;
 (D) “Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego”;
 (E) “Porém, elas poluem mais do que veículos novos e são as principais causadoras de mortes no trânsito”.

27

Entre os termos sublinhados abaixo, aquele que exerce a função de complemento é:

- (A) áreas da cidade;
 (B) campanhas de conscientização;
 (C) cidades de médio porte;
 (D) cobrança de pedágio;
 (E) número de vítimas.

28

Em todos os segmentos abaixo há a preocupação de eliminar-se o QUE das frases originais; a opção em que essa modificação foi feita de forma inadequada é:

- (A) “soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes” / já com problemas semelhantes;
 (B) “Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego” / com menos espaço de ocupação no tráfego;
 (C) “Ele consiste em cobrar uma tarifa dos motoristas que circulem em determinadas áreas da cidade” / com circuito em determinadas áreas da cidade;
 (D) “Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central” / em tráfego na região central;
 (E) “Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central” / em tramitação na Câmara.

29

Abaixo estão cinco medidas que pretendem melhorar o problema do trânsito nas grandes cidades. O aspecto positivo de uma delas que, no contexto, está apontado de forma correta é:

- (A) rodízios / melhora a conscientização das pessoas;
 (B) ciclovias / redução da poluição do ar;
 (C) uso de motocicletas / aumento do número de acidentes;
 (D) cobrança de pedágio / aumento da arrecadação municipal;
 (E) incentivo ao transporte coletivo / redução do número de transportes individuais.

30

“Também foram feitas ciclovias e campanhas de conscientização”.

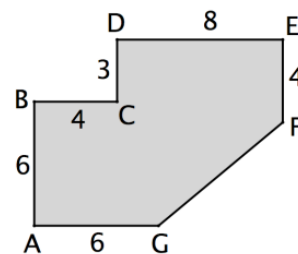
A forma ativa dessa frase passiva é:

- (A) fizeram ciclovias e também campanhas de conscientização;
 (B) também fizeram ciclovias e campanhas de conscientização;
 (C) também tinham feito ciclovias e campanhas de conscientização;
 (D) também faziam ciclovias e campanhas de conscientização;
 (E) ciclovias e campanhas de conscientização também eram feitas.

Conhecimentos Específicos

31

A figura abaixo mostra a planta de um salão. Os ângulos A, B, C, D e E são retos e as medidas assinaladas estão em metros.



A área desse salão em m^2 é:

- (A) 81;
 (B) 86;
 (C) 90;
 (D) 94;
 (E) 96.

32

A partir do ano de 1852, quando a cidade de Teresina foi fundada, certa igreja resolveu promover, de 7 em 7 anos, uma festa em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, a padroeira da cidade. Essa festa ocorre, então em 1859, 1866, e assim por diante, estabelecendo uma tradição.

Mantendo-se a tradição, a próxima festa será realizada em:

- (A) 2017;
 (B) 2018;
 (C) 2019;
 (D) 2020;
 (E) 2021.

33

Em uma empresa com 40 funcionários, um funcionário é considerado novo quando está na empresa há menos de 5 anos e é considerado antigo quando está há 5 anos ou mais.

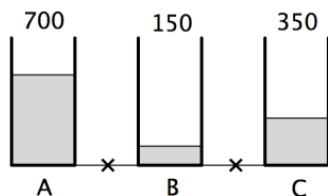
Atualmente, há 14 funcionários novos na empresa, 18 funcionários com curso superior e 16 funcionários antigos que não possuem curso superior.

O número de funcionários novos com curso superior é:

- (A) 4;
- (B) 6;
- (C) 8;
- (D) 10;
- (E) 12.

34

Em um prédio há três caixas d'água chamadas de A, B e C e, em certo momento, as quantidades de água, em litros, que cada uma contém aparecem na figura a seguir.



Abrindo as torneiras marcadas com x no desenho, as caixas foram interligadas e os níveis da água se igualaram.

Considere as seguintes possibilidades:

1. A caixa A perdeu 300 litros.
2. A caixa B ganhou 350 litros.
3. A caixa C ganhou 50 litros.

É verdadeiro o que se afirma em:

- (A) somente 1;
- (B) somente 2;
- (C) somente 1 e 3;
- (D) somente 2 e 3;
- (E) 1, 2 e 3.

35

Em um saco há 3 bolas brancas, 3 bolas amarelas e 3 bolas vermelhas. Duas delas são retiradas ao acaso.

A probabilidade de que essas bolas sejam de cores diferentes é:

- (A) $3/4$;
- (B) $3/5$;
- (C) $4/5$;
- (D) $2/3$;
- (E) $1/2$.

36

Cada um dos 160 funcionários da prefeitura de certo município possui nível de escolaridade: fundamental, médio ou superior. O quadro a seguir fornece algumas informações sobre a quantidade de funcionários em cada nível:

	Fundamental	Médio	Superior
Homens	15	30	
Mulheres	13		36

Sabe-se também que, desses funcionários, exatamente 64 têm nível médio. Desses funcionários, o número de homens com nível superior é:

- (A) 30;
- (B) 32;
- (C) 34;
- (D) 36;
- (E) 38.

37

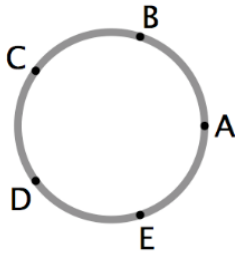
As fotos dos 60 funcionários de certa seção da prefeitura serão colocadas em um quadro retangular, arrumadas em linhas e colunas. Sabe-se que o quadro deve ter pelo menos 3 linhas e pelo menos 3 colunas.

O número de formatos diferentes (número de linhas e número de colunas) que esse quadro poderá ter é:

- (A) 5;
- (B) 6;
- (C) 7;
- (D) 8;
- (E) 10.

38

A figura abaixo mostra uma pista circular de ciclismo dividida em 5 partes iguais pelos pontos A, B, C, D e E.



Os ciclistas Marcio e Paulo partem simultaneamente do ponto A, percorrendo a pista em sentidos opostos. Marcio anda no sentido horário com velocidade de 10km/h, Paulo no sentido anti-horário com velocidade de 15km/h, e eles se cruzam várias vezes.

Marcio e Paulo se cruzam pela terceira vez no ponto:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

39

Francisco vendeu seu carro e, do valor recebido, usou a quarta parte para pagar dívidas, ficando então com R\$ 21.600,00.

Francisco vendeu seu carro por:

- (A) R\$ 27.600,00;
- (B) R\$ 28.400,00;
- (C) R\$ 28.800,00;
- (D) R\$ 29.200,00;
- (E) R\$ 29.400,00.

40

Um grupo de 6 estagiários foi designado para rever 50 processos e cada processo deveria ser revisto por apenas um dos estagiários. No final do trabalho, todos os estagiários trabalharam e todos os processos foram revistos.

É correto afirmar que:

- (A) um dos estagiários reviu 10 processos;
- (B) todos os estagiários reviram, cada um, pelo menos 5 processos;
- (C) um dos estagiários só reviu 2 processos;
- (D) quatro estagiários reviram 7 processos e dois estagiários reviram 6 processos;
- (E) pelo menos um dos estagiários reviu 9 processos ou mais.

41

Francisca tem um saco com moedas de 1 real. Ela percebeu que, fazendo grupos de 4 moedas, sobrava uma moeda, e, fazendo grupos de 3 moedas, ela conseguia 4 grupos a mais e sobravam 2 moedas.

O número de moedas no saco de Francisca é:

- (A) 49;
- (B) 53;
- (C) 57;
- (D) 61;
- (E) 65.

42

Considere a afirmação:

“Mato a cobra e mostro o pau”

A negação lógica dessa afirmação é:

- (A) não mato a cobra ou não mostro o pau;
- (B) não mato a cobra e não mostro o pau;
- (C) não mato a cobra e mostro o pau;
- (D) mato a cobra e não mostro o pau;
- (E) mato a cobra ou não mostro o pau.

43

Renato falou a verdade quando disse:

- Corro ou faço ginástica.
- Acordo cedo ou não corro.
- Como pouco ou não faço ginástica.

Certo dia, Renato comeu muito.

É correto concluir que, nesse dia, Renato:

- (A) correu e fez ginástica;
- (B) não fez ginástica e não correu;
- (C) correu e não acordou cedo;
- (D) acordou cedo e correu;
- (E) não fez ginástica e não acordou cedo.

44

O conselho diretor de uma empresa teve os mesmos 5 membros desde o ano 2012. Na última reunião deste ano de 2015 o membro mais velho, que tinha 58 anos, foi substituído por um mais jovem, mas a média de idade dos membros do conselho ficou igual à média das idades na mesma época de 2012.

Na reunião de 2015, a idade do novo membro do conselho era de:

- (A) 40 anos;
- (B) 41 anos;
- (C) 42 anos;
- (D) 43 anos;
- (E) 44 anos.

45

No primeiro turno do campeonato piauiense de futebol 6 times participam, mas somente 4 chegam às semifinais.

O número de possibilidades diferentes para o conjunto dos 4 times que estarão nas semifinais é:

- (A) 10;
- (B) 12;
- (C) 15;
- (D) 18;
- (E) 30.

46

Apesar de os Juízes de Direito possuírem a garantia constitucional da inamovibilidade, é possível determinar a sua remoção compulsória em situações excepcionais, o que ocorre quando demonstrado que sua permanência é prejudicial ao interesse público. A esse respeito, é correto afirmar que o processo de remoção compulsória:

- (A) somente pode ser iniciado por proposta do Presidente do Tribunal de Justiça;
- (B) exige prova pré-constituída, não havendo espaço para dilação probatória;
- (C) decorre de ato prejudicial ao interesse público, como o vício de embriaguez;
- (D) não pode ser instaurado pelo fato de o Juiz estar sendo ameaçado em sua segurança pessoal;
- (E) pode ser antecedido de sindicância, da alçada do Tribunal Pleno, para apurar situações prejudiciais ao interesse público.

47

A respeito da responsabilização administrativa dos servidores, é correto afirmar, nos termos do Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, que a instauração do respectivo processo administrativo ou sindicância punitiva cabe:

- (A) conforme a instância de atuação do servidor, ao Presidente do Tribunal de Justiça ou ao Corregedor-Geral da Justiça;
- (B) ao Juiz de Direito ao qual o servidor implicado está subordinado ou ao Juiz Diretor do Fórum;
- (C) concorrentemente, ao Corregedor-Geral da Justiça ou ao Juiz de Direito ao qual o servidor está subordinado;
- (D) exclusivamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, que pode delegar a instrução a um Juiz de Direito;
- (E) exclusivamente ao Corregedor-Geral da Justiça, que pode delegar a instrução a um Juiz de Direito.

48

A criação de uma comarca está condicionada ao preenchimento de determinados requisitos previstos na lei de organização judiciária. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a área do respectivo território deve ser superior a quarenta quilômetros quadrados;
- (B) a população mínima do Município deve ser de vinte mil habitantes;
- (C) os Municípios não podem concorrer com recursos próprios para o preenchimento dos requisitos legais;
- (D) a população mínima do Município deve ser de quinze mil habitantes;
- (E) o serviço forense da comarca a ser desmembrada deve ser de, no mínimo, sessenta processos anuais.

49

A respeito da organização interna do Tribunal de Justiça do Piauí, para fins de prestação da tutela constitucional, é correto afirmar que ele funcionará:

- (A) em plenário, em seções cíveis e criminais, bem como em câmaras especializadas, sendo três cíveis e duas criminais;
- (B) em plenário, em câmaras especializadas, sendo quatro cíveis e duas criminais, e em câmaras reunidas;
- (C) em seções cíveis e criminais, em câmaras especializadas, sendo duas cíveis e duas criminais, e em câmaras reunidas;
- (D) em seções cíveis e criminais e em câmaras reunidas, sendo três cíveis e três criminais;
- (E) em plenário e em câmaras especializadas, sendo duas cíveis e duas criminais.

50

Para fins de divisão e organização do serviço, o Estado do Piauí possui uma divisão judiciária. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a divisão judiciária somente contempla a organização em instâncias;
- (B) existem comarcas de entrância final, de entrância intermediária e de entrância inicial;
- (C) as comarcas são sempre classificadas em duas categorias;
- (D) os Juizados Especiais são sempre enquadrados na primeira entrância;
- (E) somente a Capital do Estado é uma comarca de entrância final.

51

Um ex-servidor público estadual procurou a Administração Pública e afirmou que desejava ser reconduzido ao cargo.

É possível que tal ocorra no caso de:

- (A) servidor público inativo, quando cessarem os motivos da aposentadoria por invalidez;
- (B) servidor estável, quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo;
- (C) ocupante de cargo em comissão, que é nomeado para outro cargo;
- (D) servidor público inativo, quando a sua aposentadoria for anulada por decisão judicial transitada em julgado;
- (E) servidor estável, quando invalidada a decisão administrativa que aplicou a sanção de demissão.

52

A respeito das atribuições da carreira de Analista Processual, afeta à área judiciária do grupo funcional de Analista Judiciário, é correto afirmar que, no seu rol de competências está:

- (A) redigir, em forma legal, os ofícios e mandados;
- (B) comparecer às audiências ou designar substituto;
- (C) realizar diligências e cumprir os mandados judiciais;
- (D) responder a consulta jurídica quando solicitado;
- (E) prestar assistência técnica e apoio na área de informática.

53

Considerando a sistemática estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, a respeito dos limites das decisões monocráticas passíveis de serem proferidas pelo relator, é correto afirmar que ele:

- (A) não pode denegar ou decretar a prisão preventiva nos processos criminais;
- (B) pode julgar o mérito dos recursos sempre que estiver convencido da correção da tese sustentada;
- (C) pode determinar que o Ministério Público ajuíze a ação penal cabível sempre que demonstrada a autoria de crime;
- (D) pode denegar a ordem em mandado de segurança, desde que siga a jurisprudência consolidada do Tribunal;
- (E) não pode expedir alvarás de soltura, o que é de competência exclusiva do colegiado.

54

Em razão do escalonamento funcional existente no serviço público estadual e da correlata organização dos cargos públicos em carreira, é correto afirmar que:

- (A) a transposição de cargos públicos é uma forma de elevação na respectiva carreira;
- (B) tanto o servidor estável como aquele em estágio probatório podem ser livremente promovidos;
- (C) a avaliação do servidor, para fins de promoção, é realizada exclusivamente pelo superior hierárquico;
- (D) na promoção na carreira, o critério de antiguidade tem precedência sobre o de merecimento;
- (E) é exigido um interstício mínimo de dois anos para a promoção de um nível para outro da carreira.

55

A respeito da denominada “reversão”, é correto afirmar que:

- (A) consubstancia uma forma de provimento terceirizado do cargo público;
- (B) reflete o retorno do servidor em gozo de férias à atividade regular;
- (C) é forma de retorno a um estágio anterior da respectiva carreira;
- (D) pode ocorrer quando insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez;
- (E) somente pode ocorrer após a declaração de invalidade do ato de exoneração.

56

Considerando a divisão de competências no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, mais especificamente as atividades desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça, bem como sua organização interna, é correto afirmar que:

- (A) esse órgão deve fiscalizar os serviços forenses e administrativos da justiça de primeiro e de segundo graus;
- (B) somente a Corregedoria realiza correições ordinárias e anuais nos órgãos de primeira instância;
- (C) o Desembargador, no exercício do mandato de Corregedor Geral, fica dispensado de sua função judicante normal;
- (D) as correições extraordinárias são sempre realizadas por deliberação da Corregedoria Geral;
- (E) não estão sujeitas à correição da Corregedoria Geral as escriturarias das Varas de Fazenda Pública.

57

A respeito da sistemática afeta ao cargo de Secretário de Serviços Cartorários Cíveis, é correto afirmar, de acordo com a sistemática do Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, que:

- (A) é um cargo de provimento efetivo, o que exige a prévia aprovação em concurso público;
- (B) é um cargo em comissão, que tem como requisito a conclusão do ensino médio;
- (C) do valor da respectiva gratificação, 10% correspondem ao vencimento e 90% à representação;
- (D) o substituto legal ou eventual do Secretário deve ter cursado, no mínimo, o segundo ano do ensino médio;
- (E) o servidor público efetivo designado para o cargo pode acumular a remuneração com a do cargo que ocupa.

58

No que diz respeito às garantias e às atividades desenvolvidas pelos Juízes de Direito Adjuntos, é correto afirmar que:

- (A) atuam juntamente com os Juízes de Direito, exercendo as mesmas competências;
- (B) devem substituir os Juízes de Direito, mas não têm as mesmas garantias dos magistrados;
- (C) somente podem exercer funções administrativas, não funções judicantes;
- (D) somente podem praticar atos de instrução, não atos decisórios;
- (E) são numerados ordinalmente e têm as mesmas garantias dos magistrados.

59

A denominada exoneração do serviço público é uma forma de dissolução do vínculo funcional passível de ocorrer quando o servidor público estadual:

- (A) for condenado, em decisão administrativa irrecurável, pela prática de uma infração disciplinar;
- (B) requerer a sua aposentadoria voluntária, por ter preenchido os requisitos etário e de tempo de serviço;
- (C) for promovido para cargo diverso, inserido na mesma carreira a que pertence;
- (D) tomar posse no cargo público e não tiver um exercício funcional contínuo pelo prazo de seis meses;
- (E) não satisfizer as condições estabelecidas para o seu estágio probatório.

60

Determinado servidor público sofreu grave acidente de trabalho e foi afastado do serviço público. Após um período de recuperação, foi sensível a redução de sua capacidade laborativa. Apesar disso, era plenamente possível que viesse a exercer atribuição diversa, compatível com suas atuais condições físicas. Nesse caso, o referido servidor:

- (A) será readaptado e, caso inexista cargo vago, exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga;
- (B) quando retornar ao serviço público, deve exercer, necessariamente, as mesmas atribuições que exercia quando do acidente;
- (C) não pode retornar ao serviço público, devendo ser necessariamente aposentado por invalidez;
- (D) pode ocupar qualquer outro cargo público compatível com suas condições físicas, independentemente do nível de escolaridade exigido;
- (E) somente poderá ser reintegrado quando criado um cargo público semelhante ao que ocupava, de modo que possa provê-lo.

61

Um gestor público pode optar por diferentes formas de execução dos serviços públicos, desde a sua realização direta até a terceirização.

A terceirização é uma modalidade específica que apresenta:

- (A) a assinatura de um contrato patrocinado entre as partes;
- (B) a atuação em serviços finalísticos, ou seja, de sua linha principal de atuação;
- (C) a relação de emprego entre o trabalhador e a empresa contratante dos serviços;
- (D) o objetivo de diminuir a máquina pública ao enxugar sua estrutura e os gastos com atividades-meio;
- (E) o risco de serviços com baixa qualidade devido ao excesso de controle do contrato.

62

Algumas discussões contemporâneas sobre formulação e implementação de políticas públicas sustentam-se em dois fundamentos:

I . regras gerais que estabelecem o funcionamento dos sistemas político, econômico e social;

II . conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica.

Esses fundamentos são denominados:

- (A) burocracia de governo / espaços de negociação;
- (B) ambiente institucional / arranjos institucionais;
- (C) capacidades estatais / processo decisório;
- (D) processo de formulação / sistema de avaliação;
- (E) capacidade técnico-administrativa / controle de resultados.

63

Parceria Público-Privada (PPP) é uma modalidade de concessão de serviços públicos e de financiamento ao setor público.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o financiamento é privado, já que o retorno financeiro dos investimentos frente aos gastos operacionais é suficiente apenas com receitas próprias;
- (B) cabe ao parceiro público arcar com os custos de implantação e operação do serviço público concedido, estando os aportes privados condicionados ao início da prestação do serviço;
- (C) os riscos físicos e financeiros pertencem ao parceiro privado, que deverá gerenciá-los e preparar plano de contingência;
- (D) o prazo de vigência deve ser superior a 35 anos e o valor deve ser inferior a quinze milhões de reais;
- (E) a empresa responsável em implementar e gerir uma PPP deve ser uma Sociedade de Propósito Específico (SPE).

64

Dentre as metodologias de gestão voltadas à gestão por resultados no Brasil, destaca-se o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP). O MEGP estabelece um conjunto de parâmetros de avaliação de resultados, e a pontuação global obtida pela organização é avaliada de forma a descrever a maturidade da gestão.

No MEGP, a máxima maturidade de gestão é aquela na qual há:

- (A) nível superior para quase todos os indicadores de gestão, sendo referencial de excelência em muitos processos ou produtos;
- (B) muitos resultados relevantes nos diferentes indicadores que apresentam tendências favoráveis, com potencial uso de informações comparativas;
- (C) indicadores com resultados relevantes e esparsos, decorrentes da aplicação dos enfoques de gestão, avaliações e melhorias apresentadas com algumas tendências favoráveis;
- (D) resultados indicados incipientes, decorrentes da aplicação de enfoques de gestão implementados;
- (E) resultados isolados decorrentes de enfoques de gestão implementados, pois a aplicação é local e limitada.

65

A XYZ é uma fabricante de produtos eletrônicos que atua em um ambiente dinâmico e de forte competição, adotando estratégia de diferenciação de produto no nível do negócio. Para fortalecer sua estratégia de negócio, a XYZ quer rever alguns de seus requisitos organizacionais. Em relação à estrutura organizacional, aos sistemas de controle gerencial e às políticas de remuneração, seria adequado implantar, respectivamente:

- (A) poucos níveis na estrutura de reporte; supervisão direta; remuneração estratégica;
- (B) quadro executivo pequeno; metas de custo quantitativas; recompensas pelo instinto criativo;
- (C) relações de reporte simples; política de experimentação; remuneração por competências;
- (D) estruturas matriciais complexas; filosofia de liderança em custo; recompensas por metas grupais;
- (E) bolsões de esforços criativos; diretrizes amplas de tomada de decisão; recompensas por assumir riscos.

66

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabeleceu um Manual de Orientação para a Gestão do Desempenho como um instrumento de gestão capaz de gerar melhoria contínua de resultados dos servidores e equipes de trabalho. Esse manual especifica 4 níveis no processo de desmembramento de metas, conforme a sistemática para avaliação de desempenho.

Dentre esses níveis de desmembramento, NÃO estão previstos:

- (A) planejamento estratégico institucional de órgãos e entidades da administração pública federal;
- (B) planejamento estratégico do órgão superior e o Plano Plurianual;
- (C) políticas internacionais e metas do milênio da Organização das Nações Unidas;
- (D) processos de rotina e compromissos e metas individuais de desempenho;
- (E) compromissos pactuados com unidades de ações, projetos e programas executados pelas equipes de trabalho.

67

O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos de planejamento e gestão pública do país, em formato de Lei, que segue um processo de elaboração e aprovação com características específicas.

A respeito desse processo, é correto afirmar que:

- (A) o PPA é encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de janeiro do primeiro ano do mandato presidencial;
- (B) a tramitação ocorre na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que irá examinar e emitir parecer sobre o PPA, além de exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;
- (C) um grupo de parlamentares é designado como relator do PPA na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos (CMO) e deverá emitir Parecer Preliminar;
- (D) o Parecer Preliminar é submetido à deliberação, em separado, primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal;
- (E) os Congressistas podem solicitar destaque para a votação em separado de emendas, com o objetivo de modificar os pareceres aprovados na CMO.

68

No processo de planejamento público governamental, entre os diversos instrumentos, destaca-se aquele que estima as receitas que o Governo deverá arrecadar durante o ano e fixa os gastos a serem realizados com tais recursos.

Esse instrumento é denominado:

- (A) Planejamento Plurianual (PPA);
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- (C) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO);
- (D) Lei Orçamentária Anual (LOA);
- (E) Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

69

A formulação de políticas públicas pode ser compreendida de maneiras distintas, de acordo com a teoria subjacente que a explica.

Uma política formulada com base no modelo do processo organizacional fundamenta-se na ideia de que:

- (A) escolhas são sistemáticas, feitas a partir de um conjunto fixo de alternativas, em ambiente onde a incerteza é controlável;
- (B) existe uma distância clara entre o problema que está sendo solucionado e o problema público como um todo;
- (C) organizações filtram o problema e implementam as escolhas, sejam elas quais forem, com atenção aos objetivos;
- (D) políticas públicas e suas ações são resultado de escolhas racionais, em que as consequências são conhecidas;
- (E) solução de problemas é decorrente de resposta a eventos que geram barganhas e jogos de poder.

70

É comum que as pessoas associem o conceito de *accountability* apenas à noção de transparência e acesso às informações apresentadas por órgãos públicos. Desconstruindo essa visão simplista, alguns autores indicam que o *accountability* em países democráticos envolvem aspectos relacionados ao processo eleitoral, ao controle institucional durante o mandato e às regras estatais intertemporais para além dos mandatos.

É um instrumento de *accountability* relacionado ao processo eleitoral:

- (A) controle administrativo-procedimental, por meio de auditorias financeiras e pareceres de contas públicas, realizado por tribunais de contas;
- (B) controle social realizado pelos conselhos de usuários dos serviços públicos e pelo orçamento participativo;
- (C) limitação legal do poder dos gestores públicos mesmo por acesso aos cargos por concurso ou equivalente;
- (D) manutenção de mecanismos de restrição orçamentária que atribuam responsabilidades aos gestores públicos;
- (E) estabelecimento de regras claras de financiamento de campanhas sustentadas no controle mútuo entre poderes.

71

A reforma do Estado no âmbito do Decreto Lei nº 200/67 é amplamente conhecida pela implantação da noção de administração direta e indireta.

Segundo diversos analistas e estudiosos, dado o conjunto de ações visando a sua implementação, surgiram naquele momento da reforma consequências inadequadas, dentre as quais destaca(m)-se:

- (A) ampliação do núcleo estratégico do Estado por meio do desenvolvimento da carreira de gestor e ampliação excessiva dos concursos;
- (B) geração de práticas patrimonialistas na administração indireta por meio de contratações sem concurso público, ocasionando nepotismo;
- (C) fortalecimento da rigidez excessiva da administração indireta e centralização das ações na administração direta;
- (D) geração da expansão da administração direta, concentrando nessa a maior parte dos investimentos do governo federal;
- (E) manutenção de relações pluralistas entre poderes, facilitando a aprovação dos orçamentos submetidos pelo Executivo ao Congresso.

72

Em uma equipe de trabalho de seis pessoas, o funcionário A se destaca por sua autonomia e pela capacidade de propor ideias e conceitos. Já o funcionário B é objetivo e prático. Como B afirmou, “A é quem traz as novas ideias para o grupo, mas quem organiza a equipe, estabelece os objetivos e faz tudo acontecer sou eu”. Os papéis que A e B desempenham na equipe são, respectivamente, de:

- (A) criador/inovador; impulsor/organizador;
- (B) explorador/promotor; assessor/desenvolvedor;
- (C) criador/inovador; conclusor/produtor;
- (D) assessor/desenvolvedor; defensor/mantenedor;
- (E) explorador/promotor; controlador/inspetor.

73

Um gerente de operações precisa decidir que máquina de corte adquirir para uso na linha de montagem da fábrica em que trabalha. A tabela abaixo apresenta a avaliação das alternativas das máquinas por fabricante, em cada um dos critérios de avaliação considerados, bem como os pesos atribuídos a cada critério:

Fabricante	Preço (peso 10)	Eficiência energética (peso 10)	Durabilidade (peso 8)	Velocidade (peso 5)
T	4	8	6	10
U	10	6	6	5
V	8	8	10	3
X	5	10	10	4

Assumindo que essas são todas as opções de máquinas disponíveis e que esses são todos os critérios relevantes para avaliação das máquinas, pelo modelo racional de tomada de decisão, o gerente deveria escolher a máquina do fornecedor:

- (A) T;
- (B) U;
- (C) V;
- (D) X;
- (E) V ou U, indiferentemente.

74

Um gerente recebeu os seguintes resultados de uma pesquisa sobre percepções e expectativas no trabalho realizada junto a sua equipe: a equipe está desmotivada; os membros da equipe consideram que têm autonomia para realizar o trabalho; os membros da equipe percebem que o trabalho não requer o uso de habilidades variadas e consideram que seu trabalho é pouco relevante para a empresa.

O gerente gostaria de realizar mudanças nos cargos que permitissem estimular a motivação dos membros da equipe. Para tal, na situação descrita, seria mais adequado adotar:

- (A) expansão vertical dos cargos e formação de unidades naturais de trabalho;
- (B) abertura de canais de *feedback* e combinação de tarefas;
- (C) estabelecimento de relacionamento com os clientes e expansão vertical dos cargos;
- (D) combinação de tarefas e formação de unidades naturais de trabalho;
- (E) estabelecimento de relacionamento com os clientes e abertura de canais de *feedback*.

75

Uma das etapas da administração estratégica é a análise do ambiente externo à empresa. Essa análise permite que sejam identificadas ameaças e oportunidades ambientais. A análise de oportunidades começa com a identificação da estrutura genérica do setor, sendo quatro delas bastante comuns: setores fragmentados, setores emergentes, setores maduros e setores em declínio. Nos setores em declínio, entre as principais opções estratégicas para exploração de oportunidades, estão as chamadas estratégias de:

- (A) liderança tecnológica; refinamento de produto;
- (B) colheita; alienação;
- (C) inovação de processo; nicho de mercado;
- (D) liderança de mercado; consolidação;
- (E) posse de ativos estrategicamente valiosos; custos de mudança para o consumidor.

76

O diretor da área de finanças de uma empresa em fase de crescimento, que pretende adotar o *balanced scorecard* como ferramenta de gestão, precisa propor indicadores relativos ao tema estratégico “crescimento e mix de receita”, dentro da perspectiva financeira.

Seriam indicadores adequados:

- (A) retorno sobre investimento; taxa de utilização de ativos;
- (B) lucratividade por cliente; lucratividade por produto;
- (C) percentual da receita gerado por novos serviços; aumento da taxa de vendas por segmento;
- (D) percentual de participação no mercado; receita por funcionário;
- (E) *turnover*; taxa de redução de custos.

77

Um gerente de operações quer desenvolver uma rede PERT para o projeto de construção de uma nova fábrica. Ele identificou as atividades necessárias para completar o projeto, determinou a ordem em que esses eventos precisam ser completados e diagramou o fluxo de todas as atividades, relacionando-as entre si. O próximo passo para o desenvolvimento do PERT será:

- (A) calcular as folgas dependentes;
- (B) estimar o tempo de cada atividade;
- (C) calcular as folgas independentes;
- (D) calcular o valor esperado da rede;
- (E) estimar a folga do caminho crítico.

78

Uma empresa do setor químico redefiniu sua estrutura de funcional para matricial, de forma a acomodar equipes multidisciplinares para projetos estratégicos específicos.

A antiga estrutura tem como vantagens em relação à nova:

- (A) estímulo à visão global dos objetivos organizacionais e especialização organizacional;
- (B) geração de economias de escala e maior cooperação entre departamentos;
- (C) claro alinhamento de objetivos e decisão compartilhada;
- (D) melhor capacidade de resposta ao ambiente e rapidez nas decisões;
- (E) maior eficiência operacional e facilidade de responsabilização.

79

Uma empresa quer implantar o *balanced scorecard* como ferramenta de apoio à gestão estratégica. O diretor de marketing quer propor indicadores relativos à perspectiva "clientes", pois acredita que os problemas mais críticos enfrentados pela empresa estão relacionados à criação de valor para os clientes. Seria um indicador essencial para medir objetivos relativos a essa perspectiva:

- (A) taxa de defeitos;
- (B) número de produtos substitutos;
- (C) participação no mercado;
- (D) rotatividade de estoques;
- (E) número de empresas concorrentes.

80

O Tribunal de Justiça de determinado Estado, com escopo de melhor organizar sua estrutura e conferir maior eficiência às atividades administrativas, procedeu ao chamado desmembramento orgânico. Assim, o antigo departamento de Recursos Humanos e Licitação se subdividiu em dois novos órgãos autônomos: Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Licitação. A doutrina de Direito Administrativo denomina o processo eminentemente interno de substituição de um órgão por dois com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação do serviço de:

- (A) descentralização;
- (B) desconcentração;
- (C) delegação;
- (D) execução indireta;
- (E) execução fracionada.

81

A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que deve ser arquivada no serviço de pessoal competente. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa, será punido com a pena de:

- (A) multa e suspensão da função pública;
- (B) multa e advertência;
- (C) suspensão até apresentar o documento;
- (D) exoneração, com multa no valor de um salário mínimo;
- (E) demissão, a bem do serviço público.

82

Subordinam-se aos ditames normativos da Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, os órgãos elencados naquele diploma legal. A alternativa mais completa, que contempla todos que estão sujeitos a tal regime jurídico é:

- (A) os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as concessionárias e permissionárias de serviços públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- (B) as entidades que ostentem personalidade jurídica de direito público, ou seja, da administração direta, das autarquias e das fundações públicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- (C) as entidades que ostentem personalidade jurídica de direito público, ou seja, da administração direta e da administração indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista) da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- (D) os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- (E) os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

83

Em relação à estabilidade do servidor público, de acordo com o texto constitucional:

- (A) o servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial recorrível, proferida em processo no qual lhe tenha sido garantida ampla defesa;
- (B) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo público de provimento efetivo ou em comissão;
- (C) o servidor público estável poderá ser demitido mediante sindicância administrativa sumária em que lhe seja assegurado o contraditório;
- (D) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade;
- (E) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com metade de sua remuneração, até sua remoção para outro cargo.

84

Em tema de bens públicos, o ato administrativo pelo qual a Administração Pública consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado, como a utilização de praças públicas para feiras de artesanato, é a:

- (A) autorização de uso, que é ato unilateral, vinculado e precário;
- (B) delegação de uso, que é ato bilateral, discricionário e remunerado;
- (C) concessão de uso, que é ato unilateral, vinculado e precário;
- (D) outorga de uso, que é ato bilateral, discricionário e gratuito;
- (E) permissão de uso, que é ato unilateral, discricionário e precário.

85

A Secretaria Estadual de Trabalho em conjunto com a de Cultura, atentas à atual crise de emprego e aproveitando o sucesso dos programas culinários, com escopo de fomentar a qualificação profissional de cozinheiros regionais, organizou curso de especialização em comidas típicas do Piauí. Inicialmente, o edital do curso previu que apenas cozinheiros com experiência poderiam se inscrever. Posteriormente, ao verificarem a baixa procura e a existência de grande quantidade de profissionais sem experiência comprovada, as Secretarias Estaduais envolvidas revogaram o edital e publicaram um novo, permitindo a inscrição de qualquer cozinheiro, independentemente de experiência. O princípio administrativo implícito que viabilizou a alteração do edital, permitindo a revisão de mérito de ato administrativo anterior por motivos de oportunidade e conveniência, é o princípio da:

- (A) autotutela;
- (B) impessoalidade;
- (C) moralidade;
- (D) legalidade;
- (E) reconvenção.

86

Em matéria de controle da Administração Pública, o controle externo dos atos praticados pelo Poder Executivo por parte do Poder Judiciário:

- (A) se restringe à análise da legalidade dos atos, eis que ao Poder Judiciário, em regra, é vedada a análise do mérito dos atos administrativos;
- (B) abrange o controle de legalidade e de mérito dos atos administrativos, podendo o Judiciário, em regra, respectivamente, anular os ilegais e revogar os inoportunos ou inconvenientes;
- (C) abrange o controle de legalidade e de mérito dos atos administrativos, podendo o Judiciário, respectivamente, anular os inoportunos ou inconvenientes e revogar os ilegais;
- (D) se restringe à análise do mérito dos atos, eis que ao Poder Judiciário, em regra, é vedada a análise da legalidade formal dos atos administrativos;
- (E) é o mais amplo possível, cabendo ao Judiciário, em última instância, analisar o acerto da discricionariedade administrativa e da legalidade formal dos atos, em respeito ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

87

Dentre os elementos do ato administrativo, destaca-se a competência, que é o círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes públicos exercer legitimamente sua atividade. Como característica da competência, destaca-se a:

- (A) derogabilidade, segundo a qual a competência de um órgão pode, em regra, se transferir a outro por acordo entre as partes, ou por assentimento do agente da Administração, ou seja, apesar de fixada em norma expressa, a competência pode ser alterada;
- (B) indelegabilidade, segundo a qual a competência de um agente ou órgão não pode, em qualquer hipótese, ser delegada a outro, ainda que haja norma posterior autorizativa, em respeito ao poder hierárquico e ao princípio da estabilidade das relações jurídicas;
- (C) improrrogabilidade, segundo a qual a incompetência, em regra, não se transmuda em competência, ou seja, se um órgão não tem competência para certa função, não poderá vir a tê-la supervenientemente, a menos que a antiga norma definidora seja alterada;
- (D) vedação de avocação, segundo a qual a competência de um agente ou órgão não pode ser transferida à autoridade hierarquicamente superior para atrair para sua esfera decisória a prática de ato da competência natural de agente com menor hierarquia;
- (E) discricionariedade, segundo a qual a competência para a prática de determinado ato administrativo pode ser definida e alterada, caso a caso, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência do chefe administrativo da repartição, mediante decisão fundamentada.

88

Apesar das sucessivas solicitações formuladas pelos moradores de uma determinada localidade, o Estado deixou de reforçar a segurança no local. Em razão dessa omissão, foi praticado novo ilícito em detrimento de um morador, o que lhe causou danos patrimoniais. Nesse caso, é correto afirmar que eventual responsabilidade do Estado será de natureza:

- (A) objetiva, desde que demonstrado que o dano decorreu da omissão dos seus agentes;
- (B) subjetiva, o que exige a prévia condenação do agente público omisso;
- (C) objetiva, o que pressupõe a demonstração da culpa do agente público e o nexo de causalidade;
- (D) subjetiva, sendo necessário demonstrar o elemento subjetivo do agir;
- (E) objetiva, o que significa dizer que deve ser analisada, apenas, possível culpa da vítima.

89

Considerando a preocupação da ordem constitucional com a proteção da pessoa humana, é correto afirmar, sob a ótica da eficácia, que as normas constitucionais afetam aos:

- (A) direitos sociais têm sempre eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- (B) direitos individuais sempre dependem de previsão orçamentária para que tenham eficácia;
- (C) direitos sociais normalmente dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que tenham eficácia;
- (D) direitos individuais sempre dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que produzam efeitos;
- (E) direitos sociais, por serem inerentes à sociedade, devem ser efetivados independentemente dos recursos disponíveis.

90

O Congresso Nacional, por imperativo constitucional, deve realizar a fiscalização dos atos praticados pelo Poder Executivo. A respeito da convocação de autoridades para prestar esclarecimentos, é correto afirmar que:

- (A) qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal pode convocar Ministro de Estado;
- (B) só a Casa Legislativa ou uma comissão pode convocar titulares de órgãos subordinados ao Presidente da República;
- (C) somente o Congresso Nacional, não suas Casas de maneira isolada, pode convocar o Presidente da República;
- (D) somente a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal pode convocar Ministro de Estado;
- (E) somente o Senado Federal, por deliberação plenária, pode convocar os Ministros de Estado.

91

A Constituição do Estado de Direito X, recém promulgada, dispôs que (1) certas normas nela inseridas eram insuscetíveis de alteração por qualquer processo de reforma constitucional, (2) outras poderiam ser alteradas com observância das regras do processo legislativo ordinário e ainda indicou (3) aquelas que exigiriam um processo mais complexo para reforma, com menor número de legitimados à sua deflagração e quórum qualificado de aprovação. Sob a ótica da estabilidade, é correto afirmar que essa Constituição é:

- (A) rígida;
- (B) permeável;
- (C) flexível;
- (D) oscilante;
- (E) semirrígida.

92

Augusto, devidamente representado por advogado, com observância das normas afetas à competência jurisdicional, impetrou mandado de segurança contra ato de determinada autoridade perante o Tribunal de Justiça do seu Estado. O Tribunal, após regular tramitação do feito, julgou improcedente o pedido sob o argumento de não ter sido demonstrada a lesão a direito líquido e certo. Irrresignado, Augusto decide recorrer. Considerando os dados do problema e à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar ser cabível a interposição de recurso:

- (A) ordinário, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça;
- (B) especial, endereçado ao Supremo Tribunal Federal;
- (C) ordinário, endereçado ao Supremo Tribunal Federal;
- (D) extraordinário, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça;
- (E) de reclamação, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.

93

A respeito dos modelos difuso e concentrado de controle de constitucionalidade, ambos encampados pelo sistema constitucional brasileiro, é correto afirmar que o controle:

- (A) concentrado é realizado pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados;
- (B) difuso pode ser realizado por qualquer órgão jurisdicional, com exceção do Supremo Tribunal Federal;
- (C) concentrado é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal;
- (D) difuso somente pode ser realizado pelos tribunais, observada a reserva de plenário, não pelos juízes de direito;
- (E) concentrado pode ser realizado por todos os órgãos jurisdicionais, de qualquer instância.

94

Agnaldo, filho de pai brasileiro e mãe estrangeira, atualmente com 35 (trinta e cinco) anos de idade, nasceu no estrangeiro e lá permanece até hoje, sem nunca ter visitado a República Federativa do Brasil. É correto afirmar que Agnaldo:

- (A) deve ser considerado brasileiro nato, pelo só fato de ser filho de pai brasileiro;
- (B) pode naturalizar-se brasileiro, desde que venha a residir no Brasil;
- (C) deve ser considerado brasileiro nato caso o seu pai estivesse no exterior a serviço do Estado brasileiro;
- (D) sempre será considerado estrangeiro, já que nasceu fora do território brasileiro;
- (E) tornar-se-á brasileiro naturalizado caso venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira.

95

Determinada lei estadual, com o objetivo de frear a “litigiosidade impulsiva”, dispôs que seria exigido o depósito prévio de 100% (cem por cento) do valor da condenação para a interposição de recurso no âmbito do Juizado Especial Cível. À luz da sistemática constitucional de repartição de competências entre os entes federativos, é correto afirmar que a lei é:

- (A) constitucional, pois os Estados podem legislar concorrentemente com a União sobre procedimentos;
- (B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito processual;
- (C) constitucional, pois todos os entes federativos possuem competência comum para legislar sobre a matéria;
- (D) inconstitucional, pois a exigência de depósito prévio viola a garantia de acesso à justiça;
- (E) constitucional, desde que haja garantia de devolução do depósito caso o recorrente seja vencedor.

96

Pietra negocia a compra de um veículo pertencente a Bruna. Antes do ajuste, levam o carro a uma oficina mecânica. Camila, mecânica de veículos automotores, avalia o estado do carro e, deliberadamente, por ser desafeto de Pietra, informa que o carro está em excelente condição, embora tal informação não corresponda à realidade. O veículo apresenta uma série de defeitos mecânicos conhecidos de Bruna e falseados por Camila. A hipótese narrada configura:

- (A) erro essencial quanto à qualidade do veículo, o que autoriza a anulação do negócio jurídico;
- (B) lesão, pois se trata de contratação desproporcional em razão de inexperiência;
- (C) erro accidental quanto aos atributos do carro, o que autoriza a correção dos valores;
- (D) simulação, pois se trata de negócio eivado de nulidade em razão da ação do terceiro;
- (E) dolo principal, que, ainda que praticado por terceiro, autoriza a anulação.

97

O Jornal ZY divulgou em sua página da internet a notícia de que Erínia, por vingança, havia matado sua enteada de três anos. Entretanto, a foto divulgada, por erro da edição do jornal, não era da criminosa, mas de Angélica, professora do ensino infantil. No plano Civil, o caso narrado revela a ocorrência de:

- (A) erro escusável quanto à identidade de Angélica, que não foi percebido pela edição do jornal;
- (B) ato ilícito, que causou danos a Angélica em razão da conduta culposa dos editores do jornal;
- (C) ato abusivo, pois diante do equívoco cometido, a conduta desviou-se do seu propósito informativo;
- (D) ato abusivo, pois sem a autorização de Erínia a edição não tinha poderes para veicular a notícia;
- (E) ato ilícito, embora não haja causação de danos a Angélica, pois a notícia referia-se a Erínia.

98

Bianca, ao ser informada sobre seu estado de saúde e sobre a necessidade imediata de internação para a retirada integral de uma de suas mamas, recusa-se a seguir as recomendações médicas e volta para casa. A situação narrada está mais proximamente relacionada ao direito:

- (A) à imagem e à proteção da integridade da sua imagem corporal;
- (B) à honra e à proteção da sua integridade e reputação social;
- (C) à liberdade de expressão e à proteção do seu livre pensar;
- (D) ao corpo e à recusa às intervenções que impliquem risco à vida;
- (E) à privacidade e à proteção e preservação das partes íntimas do seu corpo.

99

Elisa convencionou com Lourdes a doação periódica de certa quantia em dinheiro caso ela seja aprovada e curse a faculdade de Administração no estado vizinho à cidade onde moram.

Sobre a situação descrita, é correto afirmar que o ajuste negocial está sujeito:

- (A) a encargo, no qual caberá a Lourdes cumprir os requisitos em questão para aquisição do direito às verbas;
- (B) a termo inicial, apenas produzindo efeitos após o ingresso de Lourdes no curso;
- (C) à condição suspensiva, somente se adquirindo o direito aos valores se Lourdes for aprovada e cursar a faculdade;
- (D) à condição resolutiva, adquirindo Lourdes o direito aos valores desde o início e os restituindo caso não seja aprovada;
- (E) a termo final, extinguindo o negócio jurídico com o ingresso de Lourdes no curso superior.

100

Margarida, artista plástica, contratou a compra de madeira de demolição, proveniente de um prédio do centro histórico de Teresina.

Sobre a situação narrada, é correto afirmar que os bens são considerados:

- (A) imóveis, pois são materiais de obra pertencentes ao prédio histórico;
- (B) móveis, pois, por serem provenientes de demolição, não mais integram o prédio;
- (C) fora do comércio por falta de valor econômico;
- (D) coisas abandonadas, e é possível adquiri-los por ocupação;
- (E) imóveis, pois adquirem a natureza do prédio, bem principal.

Realização

